

SOUZA, Laura de Mello e (2022). *O jardim das hespérides: Minas e as visões do mundo natural no século XVIII*. S. Paulo: Companhia das Letras, 172 pp., ISBN: 978-65-5921-367-2.

Uma das temáticas que têm ocupado espaço nas discussões historiográficas das últimas décadas é a relação estabelecida entre as sociedades e o meio natural. A chamada “História Ambiental” é um campo que já se consolidou nas universidades, academias e grupos de estudos do mundo inteiro e que cada vez mais apresenta trabalhos com questões instigantes e abordagens metodológicas inovadoras. Esse é o caso do livro “O jardim das Hespérides: Minas e as visões do mundo natural no século XVIII” escrito por Laura de Mello e Souza. A historiadora é professora aposentada do departamento de História da USP e da cátedra de História do Brasil na Sorbonne. Nos seus principais trabalhos é possível notar a versatilidade da autora que transita por diferentes temáticas ao passar por objetos referentes à História Cultural, como em “O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial” (1986), até por discussões mais voltadas para dinâmicas políticas, como em “O Sol e a Sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII” (2006). Contudo, é recorrente em outros estudos o espaço específico da capitania de Minas Gerais, como em “Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII” (1983) e “Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII” (1999). Estes e outros trabalhos transformaram Mello e Souza numa especialista sobre a história colonial da região. Já no texto examinado nesta presente revisão, a autora utiliza o seu rico repertório para explorar o relacionamento homem-natureza mineira, inserindo-se, portanto, nas novidades da academia, mas sem perder a perspectiva social, tão cara nas suas análises.

Como anunciado na introdução, o foco principal da obra são as diferentes visões construídas sobre o espaço natural da capitania desde o princípio da ocupação daquele território, ainda no século XVII, até às primeiras décadas do século XIX, anteriores à independência brasileira. Com um propósito mais ensaístico do que acadêmico, a autora não se preocupa tanto em apresentar uma tese propriamente dita ou realizar um profundo debate historiográfico com uma bibliografia complementar. Preocupa-se em expor, sobretudo através de fontes primárias e, conseqüentemente, da linguagem da época, uma complexa esfera mental que se estruturou no processo de colonização e devassamento da natureza de Minas Gerais. No estudo, Mello e Souza classifica essa esfera mental histórica em quatro dimensões, que possuem uma certa correspon-

dência cronológica: mítica, trágica, prática e afetiva. Era por meio delas que se expressavam os desejos e os temores da sociedade colonial mineira em relação à topografia, hidrografia, flora e fauna que a cercavam. Essa categorização da mentalidade guiou a divisão da obra, sendo cada capítulo dedicado a uma delas.

No primeiro capítulo, Mello e Souza argumenta sobre o estabelecimento de uma “configuração mítico-geográfica” sobre as Minas. Segundo a autora, essa configuração teria raízes no século XVI, quando o centro do continente sul-americano era objeto de fascinação e protagonista de lendas fantásticas. A mitologia construída sobre a região geralmente contava sobre uma terra próspera e rica, sobretudo, em gemas preciosas, o que motivou aventureiros que procuravam enriquecimento e prestígio a enfrentarem os perigos do território desconhecido. Por sua vez, a saga desses entrantes e também os relatos coletados dos povos originários, com os quais se estabeleceu contacto, contribuíram para as narrativas que formaram o imaginário fantástico sobre a capitania. Essas lendas, porém, não se desfaziam após a colonização sendo, na verdade, constantemente resgatadas e aplicadas para outras regiões ainda não ocupadas, como foi o caso dos sertões da capitania que incorporaram e coloriram tardiamente as narrativas míticas. A autora, portanto, conclui que a conceção edênica não só se fez presente durante todo o período analisado, como também foi fundamental para dar ao espaço mineiro uma certa identidade e coesão interna.

Contíguo à imaginação fantástica, Mello e Souza descreve no capítulo seguinte a dimensão trágica, que expressava os temores dos colonos face àquela natureza que se revelava durante a ocupação. Ao mesmo tempo que a imensidão das pastagens e a descoberta dos metais preciosos motivaram uma imaginação otimista e providencialista, o relevo montanhoso, o clima chuvoso e frio, os rios caudalosos, a vegetação densa e a feras hostis paralisavam os aventureiros e atemorizavam as populações. Assim, como demonstrado no texto, o meio natural manifestava-se na documentação da época como agente do barbarismo e da selvageria que deveria ser domado e submetido à civilização. Os colonos que assumiam essa empreitada enfrentavam fome, doenças, quilombolas e “índios bravos” e se fossem bem sucedidos em avançar a fronteira do Império Português e da Igreja católica, poderiam utilizar a hostilidade natural como moeda de troca por benesses. Assim, era através da visão trágica que o embate entre homem e natureza ganhava forma e o devassamento e transformação do espaço era narrativamente justificado.

Laura de Mello e Souza argumenta ainda que apesar da persistência do mito e do medo sobre o ambiente da capitania, essas visões foram por vezes eclipsadas pelos objetivos económicos e utilitários, o que leva à dimensão

prática, tema do terceiro capítulo. A exploração sistemática dos recursos pretendida pela monarquia lusa exigia conhecimento, dominação, representação e transformação do espaço mineiro. Dessa forma, mapas, criação de caminhos e pontes, descrições científicas e até mesmo o simples ato de nomear elementos da paisagem faziam parte do processo de domesticação do entorno natural. Assim, o que antes era imaginado e temido ganhava a partir da visão utilitária um tom inteligível e, com isso, a possibilidade de ser domado. Uma vez que o aproveitamento daquela rica natureza ocorria nos moldes não sustentáveis da economia moderna, a autora concluiu que a dimensão prática deu métodos e condições para um pronunciado aspeto da colonização: a destruição ambiental.

Contudo, o devastamento desenfreado do espaço, não passou despercebido por alguns contemporâneos que lamentaram os impactos da mineração e a diminuição da fauna, designadamente através da caça. De certo modo, tal reação teria partido de uma afetividade estabelecida com a natureza da capitania, dimensão que Mello e Souza explora no capítulo seguinte. Segundo ela, essa faceta mental é mais perceptível num complexo sistema cultural constituído já em meados do século XVIII. Cenário e complemento do quotidiano desses sujeitos, a natureza acabava por ser incorporada na identidade regional que lá se construía. Nesse sentido, era aludida constantemente nas diferentes expressões artísticas e, ainda que eventualmente aparecesse tragicamente como hostil, a sua singularidade e estima eram ressaltadas. A autora destaca ainda que a identificação afetiva pelo mundo natural não significava necessariamente a rutura com a lógica colonial de pertença ao Império Português. Contudo, no caso extremo dos inconfidentes, a afetividade foi usada na denúncia contra a usurpação reinol, tendo em conta que, mesmo com uma terra tão próspera, a sociedade mineira estava empobrecida, o que constituía um paradoxo para os revoltosos. Em suma, foi na dimensão afetiva que o sentimento de pertença da sociedade mineira e o espaço da capitania foi mais pronunciado.

A última parte do livro é um epílogo que retorna brevemente às reflexões anteriores e conclui evidenciando o entrelaçamento das quatro dimensões expostas. Segundo a autora, mesmo que se possa identificar uma certa correspondência cronológica de cada conceção, existem elementos mentais de diferentes conceções que perduram e acabam por interagir entre si, como é o caso dos aspetos mitológicos presentes até em escritos científicos do início de Oitocentos. A escolha de organização do texto feita pela autora revela-se, portanto, muito útil para se atingir o objetivo anunciado na introdução. A atenção dedicada às categorias em cada capítulo não perde de vista o facto de que elas fazem parte de uma mesma esfera mental construída com o processo de ocupação e exploração do território.

Apesar da didática utilizada pela autora na estruturação do texto e no desenvolvimento da argumentação, é evidente que o trabalho exige do leitor alguns conhecimentos prévios. Sobretudo no que diz respeito a alguns processos históricos característicos da história da capitania de Minas Gerais como por exemplo as entradas dos bandeirantes, aludidas em diversos capítulos. Aqueles leitores que não sabem dos propósitos das bandeiras, os seus objetivos e quais os sujeitos envolvidos nesses empreendimentos, podem ter dificuldade em apreender as dinâmicas descritas no livro. Outro caso são as referências feitas à Inconfidência Mineira, acontecimento político que marcou a história da capitania. O conhecimento sobre o evento é importante não só pelo facto de receber certo destaque no desenvolvimento do quarto capítulo, mas também porque vários dos sujeitos que a historiadora usa como meio de acesso a essa mentalidade mineira sobre o meio ambiente foram inconfidentes, como é o caso dos poetas Tomás António Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa e Inácio José de Alvarenga Peixoto.

Como dito anteriormente, a autora dá mais voz às fontes primárias na sustentação dos seus argumentos, procurando através da linguagem da época reconstruir o ambiente mental histórico. Para isso ela utiliza uma tipologia documental extremamente diversificada. As obras literárias de poetas arcadistas possuem certo protagonismo no estudo, haja vista que aparecem diversas vezes em todos os capítulos. Todavia, Mello e Souza apresenta também na sua interpretação relatos de viajantes, estudos científicos, ofícios de administradores, devassas, inventários *post-mortem*, entre outros. Esses vestígios auxiliam a desvendar diversos comportamentos daquela sociedade em relação ao mundo natural, seja no âmbito discursivo e ideológico até em termos da cultura material. Além disso, demonstrando uma admirável capacidade de interpretação de iconografia, a autora também utilizou mapas e desenhos que revelam parte da visão de mundo desses sujeitos históricos.

Contudo, apesar do maior foco na documentação se justificar e ter sido bem sucedido relativamente aos objetivos da autora, existem momentos em que seria interessante a elaboração de debates mais profundos com outros estudos. Exemplo disso é quando a autora utiliza no terceiro capítulo o termo “processo civilizador”, na sua argumentação sobre a importância de se dar nome aos elementos do espaço natural durante a ocupação do território. Apesar de ser um uso muito fortuito da ideia de Norbert Elias, seria mais elucidativo se no corpo do texto, ou até mesmo numa nota de rodapé fosse explicado mais detalhadamente o seu significado. Assim, até mesmo leitores não familiarizados com o conceito compreenderiam a passagem e a autora deixaria mais claro as bases teóricas da sua argumentação.

Outro dos momentos em que o protagonismo dos vestígios históricos apresenta limitações é quando Mello e Souza cita os sujeitos históricos subalternos que, por estarem afastados dos espaços de poder, não deixaram muitos registros de sua visão de mundo. Ao falar sobre o processo de entrada pelos sertões, por exemplo, a autora explica que a familiaridade dos indígenas e quilombolas com o território foi essencial para a criação de roteiros, mapas e itinerários dos colonizadores. Contudo, não fica tão claro na explanação como acontecia essa dinâmica de troca de saberes e quais eram os conhecimentos específicos desses povos. Para solucionar essa questão, seria interessante recorrer a uma bibliografia complementar que tem como objetivo o estudo desses personagens, aos quais é difícil ter acesso por meio apenas da documentação utilizada.

Em síntese, embora o trabalho de Laura de Mello e Souza apresente alguns detalhes que poderiam ser melhorados, de forma alguma a sua argumentação geral ficou prejudicada. Através de uma escolha metodológica muito interessante de categorizar dimensões da visão de mundo de uma época, a autora mobiliza talentosamente uma miríade de fontes e transmite ao leitor como a sociedade colonial se relacionava com a natureza de Minas Gerais. A partir dessa abordagem que pensa sobre o mundo natural, mas também leva em conta os sujeitos históricos, os seus lugares de origem, os seus pensamentos e ações, a obra faz uma História Social do Meio Ambiente que tem contributos muito importantes para a historiografia do período colonial. Em tempos de crises climáticas e desastres ambientais, o estudo de Mello e Souza demonstra ser extremamente necessário e leva-nos a refletir sobre como nos relacionamos com a natureza e quais as raízes históricas desse relacionamento.

VICTOR JOSÉ DO NASCIMENTO CUSTÓDIO

Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas

victor.custodio@estudante.ufjf.br

<https://orcid.org/0000-0001-9421-4146>



